

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Janice Alves Pires

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO: O CASO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientadora: Célia da Graça Arribas

Juiz de Fora

2019

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **JANICE ALVES PIRES**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201673106A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**, desenvolvido durante o período de 06/08/2019 a 06/12/2019 sob a orientação de CÉLIA DA GRAÇA ARRIBAS, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

JANICE ALVES PIRES

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Janice Alves Pires¹

RESUMO

O artigo aborda o tema da violência de gênero no ambiente universitário a partir do caso da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Os objetivos são compreender como os universitários homens e as universitárias mulheres entendem a violência contra as mulheres na universidade, se conhecem mecanismos de formalização das denúncias e se refletem sobre as consequências e as maneiras de combater essas violências. A partir da pesquisa “Violência Contra Mulher no ambiente universitário”, realizada pelo Instituto Avon e o Data Popular, faço um panorama geral sobre a violência contra a mulher nas universidades brasileiras. E para analisar dados sobre a violência contra a mulher na UFJF, analiso a pesquisa “Entre salas, corredores e laboratórios: violências contra a mulher no meio universitário segundo a percepção dos/das estudantes da UFJF”, conduzida por Célia da Graça Arribas, Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF. E juntamente com essas análises, realizei uma pesquisa bibliográfica descritiva, elaborada através de revisão de literatura por fontes secundárias.

PALAVRAS-CHAVE: violência de gênero, universidade, Universidade Federal de Juiz de Fora.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca identificar se existe uma relação entre a violência de gênero e alguns tipos de violência nas Universidades. Para realizar tal identificação, serão abordados dados da pesquisa “Violência Contra Mulher no ambiente universitário”, realizada pelo Instituto Avon e pelo Data Popular, com o intuito de trazer um panorama geral sobre violência contra a mulher nas universidades. Para delimitar a análise e trazer o foco para a Universidade Federal de Juiz de Fora, serão abordados dados da pesquisa “Entre salas, corredores e laboratórios: violências contra a mulher no meio universitário segundo a percepção dos/as estudantes da UFJF” elaborada por Célia da Graça Arribas, Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF. Foi feito juntamente com esse levantamento de dados, uma pesquisa bibliográfica descritiva, elaborada através de revisão de literatura por fontes secundárias.

2. GÊNERO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

As Ciências Sociais utilizam o termo “gênero” com o intuito de retirar da diferença entre homem e mulher o aspecto biológico de sexo. Junto a isso, busca retirar também todo conceito machista e patriarcal que costuma definir tais diferenças. Sendo assim, o termo gênero será aqui empregado com a pretensão de uma objetividade e neutralidade ao abordar as relações entre homens e mulheres, e ainda, considerando as diferenças sociais e culturais entre eles e elas. Nesse sentido, gênero é percebido como uma construção sobre a base da percepção da diferença sexual e uma forma primária de dar sentido às relações de poder (SCOTT, 2019). Segundo Saffioti:

“O referente do gênero é uma relação social, que remete os indivíduos a uma categoria previamente constituída. Ou seja, o gênero é a representação de uma relação. Coloca em

¹Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: janice-pires@hotmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Célia da Graça Arribas.

relação um indivíduo com outros, determina se ele é pertencente a uma categoria e o posiciona face a outros pertencentes a outra categoria” (SAFFIOTI, 1995, p.20).

O estudo da violência de gênero começou a receber mais atenção a partir da década de 1980 com trabalhos que se dedicam academicamente sobre este assunto. E esse olhar intelectual sobre o tema e as reivindicações dos movimentos feministas proporcionaram, logo em seguida, o surgimento de políticas públicas e leis particulares em defesa da mulher no Brasil. De acordo com Lourdes Maria Bandeira:

“O uso da expressão violência de gênero tomou-se, portanto, uma categoria que, além de potencializar a complexidade das relações sociais, em nível mais abstrato, consolidou-se como categoria analítica. Remete aos lugares sociais sexuais, expõe as múltiplas desigualdades, às quais as mulheres estão presas, e possibilita uma interação face a face, envolvendo a ordem simbólica” (BANDEIRA, 2014, p. 461).

O surgimento da militância feminista teve um grande impacto em várias partes da sociedade capitalista. As mulheres começaram a se dar conta dos seus direitos, de como são controladas e inferiorizadas. Enquanto o poder familiar ainda tenta calar a luta das mulheres, o movimento feminista busca tornar pública a violência de gênero, para reconhecê-la como problema social. Os casos de violência contra mulher estão só aumentando, e, embora algumas medidas venham sendo tomadas, sua eficácia ainda é muito baixa. A militância trouxe as questões feministas para a história e para a política, criando assim mais força e mais visibilidade. “A atuação da militância feminista e as reivindicações dos movimentos sociais criaram as condições históricas, políticas e culturais necessárias ao reconhecimento da legitimidade e da gravidade da questão, conferindo novos contornos às políticas públicas” (BANDEIRA, 2014, p. 451).

3. VIOLÊNCIA

A violência no geral é realizada em maior escala por homens contra homens, pois estes estão sempre em uma disputa por poder. Eles encontram-se em locais públicos, como ruas, bares, boates, não tendo medo de transitar à noite, então dispõem de mais contato com a violência. Já as mulheres frequentam esses ambientes em menor escala e a maioria evita transitar sozinha pela noite. A maior parte dos crimes contra mulheres ocorre em locais privados, e entre os homens em locais públicos. A violência contra as mulheres ocorre mais frequentemente em suas respectivas casas, como consequência do patriarcado. Os homens veem as mulheres como inferiores e subordinadas a eles.

Tal violência se faz presente desde sempre no ambiente familiar, tendo como suporte o patriarcado, afinal, ensinam aos homens que são superiores, que as mulheres devem lhes obedecer, que a palavra deles é a mais importante na casa, entre outros. Assim se constroem relações hierarquizadas nas famílias e o poder contido nos homens acaba por gerar reações violentas quando as coisas fogem ao seu controle, devido também à dominação simbólica masculina. Mulheres crescem sendo controladas em todos os campos da vida, na família, no sexo, na escola, na faculdade, no trabalho, na rua, nas festas.

3.1 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A violência contra mulher engloba vários tipos de violência: moral, psicológica, sexual e física, patrimonial, obstétrica, entre outras. Dentre essas formas de violência, a moral e a psicológica não são reconhecidas no senso comum como violência de gênero, pelo fato de ser normalizado esses tipos de tratamentos contra as mulheres. Lourdes Maria Bandeira conceitua violência moral como:

“Trata-se da argamassa para todos os outros tipos de violência de gênero, podendo ocorrer sem ofensa verbal explícita, por meio de gestos, atitudes ou olhares, uma vez que se inscreve no ambiente costumeiro. São exemplos da violência moral: humilhação, intimidação, desqualificação, ridicularização, coação moral, suspeitas, desqualificação da

sexualidade, desvalorização cotidiana da mulher como pessoa, de sua personalidade, de seu corpo, de suas capacidades cognitivas, de seu trabalho, de seu valor moral, dentre outras” (BANDEIRA, 2014, p.459).

Violência psicológica é, de acordo com o Art. 2º O inciso II do caput do art. 7º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), passa a vigorar com a seguinte redação:

“A violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;” (Brasil, 2018).

E segundo o Art. 7º, violência sexual é:

“A violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.” (Brasil, 2006).

Essas ações violentas são apresentadas como meio de consolidar uma relação de poder dos homens sobre as mulheres, causando assim dependência, medo, isolamento e intimidação nas vítimas. São, justamente, essas violências as mais comuns, que ocorrem com mais frequência, na maioria das vezes as próprias vítimas não sabem identificar quando sofrem tais agressões. Mas os efeitos delas são profundos, as padecentes destas situações apresentam reflexos de tais violências durante um longo período de tempo e, às vezes, a forma de se libertar de tais reflexos é fazer tratamento psicológico.

A luta feminista brasileira teve como grande marco a criação da Lei Maria da Penha, de número 11.340 de 07, no dia 07 de Agosto de 2006. Pois tal lei, segundo Bandeira, “Além de definir o que é e quais são as formas de violência, consolidou estratégias de prevenção, assistência e proteção às mulheres, articulando as três esferas do poder – Executivo, Legislativo e Judiciário” (BANDEIRA, 2014, p. 463). Desde o surgimento da lei, a visibilidade da violência contra a mulher tem tomado proporções maiores, devido ao grande número de denúncias já realizadas.

Outro ponto negativo é o fato de, muitas vezes, as vítimas não terem provas contra os agressores, e assim as pessoas não acreditarem nelas. Essas posições desencorajam cada vez mais as mulheres de fazer qualquer tipo de denúncias contra as violências sofridas em qualquer que seja o local e quem quer que seja o agressor. As mulheres vítimas de violência de gênero sofrem ainda com o descaso do sistema policial e da justiça, pois na maioria dos casos estas instituições duvidam da veracidade das denúncias feitas e fazem as vítimas passarem por inúmeras situações constrangedoras, revitimizando-as agora por meio da violência institucional.

Para amenizar a situação do descaso, foram criadas as Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (Deam's), nas quais devem possuir delegadas e agentes policiais mulheres que sejam qualificadas para atender as mulheres vítimas de violência de gênero, assim como devem estar também aptas a compreender as circunstâncias em que tais atos ocorrem. “Do mesmo modo, o atendimento nas Deam's deve favorecer as denúncias, contrapondo-se às delegacias comuns” (BANDEIRA, 2014, p. 452).

4. VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMBIENTE ACADÊMICO

A violência contra as mulheres constitui-se em uma das principais formas de violação dos direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física e mental. Trata-se de tema central em nossos dias que vem mobilizando esforços no ambiente acadêmico em caráter multidisciplinar, assim como de políticos/as, grupos sociais organizados, mídia, associações não-governamentais e instituições transacionais que vêm debatendo e demonstrando com pesquisas e números alarmantes que a violência sofrida pelas mulheres não é somente física, assumindo diversas faces: a violência doméstica, conjugal e familiar; a violência sexual; a violência psicológica; a violência moral; o feminicídio; a violência de gênero na internet; a violência no mercado de trabalho; a violência patrimonial; a violência das políticas discriminatórias contra as mulheres lésbicas, trans e *queer*; a violência médico-hospitalar contra seus corpos. E no ambiente universitário essa realidade não é diferente. Local pensado para a produção e difusão do conhecimento, de profissionalização, de debates, de fomento à cidadania e de educação, o meio universitário também é um espaço potencialmente inseguro, coercitivo e intimidador para as mulheres. Para além da violência física e sexual, que são as mais evidentes, no meio universitário os desequilíbrios e assimetrias se apresentam de forma bastante específica.

É fácil pensar que a violência no ambiente acadêmico é baixa ou inexistente, por ser um local em que a maioria dos frequentadores tem acesso à informação e tem instrução intelectual. Tanto é que, na mídia não circulam muitas notícias relacionadas à violência de gênero nas universidades. Quando ocorre, é um caso ou outro, e logo some dos holofotes midiáticos. Existem muitos casos de violência moral, psicológica e sexual. De acordo com Falavigno e Langoni:

“A violência moral, por sua vez, é uma forma de desclassificação, inferiorização ou ridicularização da mulher, que ofende a sua autoestima e o seu reconhecimento social. Ela ocorre mais frequentemente do que é relatada nos ambientes acadêmicos, como se fosse algo natural e suportável pelas discentes ou professoras.” (FALAVIGNO; LANGONI, 2016).

As universidades não estão fora da sociedade; são parte dela. Então alguns professores trazem consigo comportamentos sexistas apreendidos durante o processo de socialização e reproduzem-nos nas relações com os alunos e alunas, e as alunas são as mais prejudicadas. Para manter o nome das universidades, nada acontece aos agressores. Ficando impunes, eles se sentem à vontade para continuar agredindo mulheres de diversas formas, a continuarem também com seus comportamentos machistas e encorajam assim outros agressores em potencial.

Outro ponto importante é o peso de mulheres em determinados cursos comparado a outros. Nos cursos de ciências exatas o número de mulheres é muito pequeno, pois esses são cursos conhecidos como cursos masculinos. Já os cursos de humanas são majoritariamente ocupados por mulheres, visto que são ditos como femininos. Essas circunstâncias acabam por interferir nas escolhas dos cursos, além de que, as mulheres não se sentem à vontade nos cursos de ciências exatas, pois são nesses ambientes em que a discriminação é maior.

É justamente por conta desses fatos que trazer uma discussão sobre a violência contra mulher é de extrema importância. Se toda vez que uma mulher for violentada em seu ambiente acadêmico e o agressor não for devidamente punido, esses casos irão aumentar cada vez mais; mulheres se sentirão menos protegidas nas universidades, ocorrerão mais desistências femininas nos cursos de graduação e isso significa um passo atrás da luta das mulheres por seus direitos. Além de que, as mulheres não devem viver sentindo medo em todos os ambientes em que frequentam.

Para trazer um panorama geral da violência contra as mulheres nas universidades, incluindo públicas e privadas, serão abordados agora dados da pesquisa realizada pelo Instituto Avon junto com o Data Popular. A pesquisa foi realizada durante os meses de setembro e outubro de 2015, com universitários dos cursos de graduação e pós-graduação. “Ela contou com uma fase quantitativa, realizada online, e uma qualitativa, com grupos de discussão envolvendo universitários de ambos os sexos e entrevistas em profundidade com especialistas. Em ambas as fases foram coletados depoimentos dos estudantes” (INSTITUTO AVON, 2015).

O número de mulheres que relatou ter sofrido violência nas universidades ou em festas acadêmicas é de 10%. Porém, quando elas são incitadas com uma lista de violências, percebem que foram submetidas a algumas delas e o número sobe para 67%. Acontece um grande aumento também quando se trata dos homens; apenas 2% deles admitem espontaneamente terem cometido algum ato de violência contra a mulher no meio acadêmico ou em festas vinculadas às universidades, e após terem contato com a lista, o número sobe para 38%. Isso retrata como a carência de conhecimento sobre violência de gênero está alta entre os universitários. Não ter acesso a esse tipo de informação pode ocasionar situações em que vítimas sofrerão caladas e também que agressores em potencial se sintam imunes.

A pesquisa utiliza o assédio sexual, coerção, violência sexual, violência física, desqualificação intelectual e agressão moral/psicológica como violências contra a mulher. Algumas dessas violências até o momento ainda são consideradas como brincadeiras ou como resultado do comportamento da mulher, tanto é que, para 27% dos homens, não é violência abusar de uma mulher se ela estiver alcoolizada.

A partir da violência psicológica, 24% das mulheres foram colocadas em rankings sem consentimento e 14% tiveram fotos ou vídeos repassados sem autorização. Sobre o assédio sexual, 73% das pessoas alegaram conhecer casos, 56% das mulheres afirmaram terem sofrido, enquanto 26% dos homens assumiram terem cometido. No âmbito da violência sexual, 14% dos entrevistados alegaram conhecer mulheres que foram estupradas nas dependências da instituição do ensino superior, 11% das mulheres já sofreram tentativas de abuso enquanto estavam sob efeito de álcool, 28% das entrevistadas afirmaram já terem sofrido violência sexual nas universidades e 13% dos homens assumiram ter praticado tal violência. Na esfera da violência física, 22% dos entrevistados conhecem casos de mulheres vítimas, 10% das mulheres sofreram e 4% dos homens dizem que cometeram. Abordando a desqualificação intelectual, 62% dos entrevistados conhecem casos, enquanto 49% das mulheres sofreram e 19% dos homens afirmaram cometer.

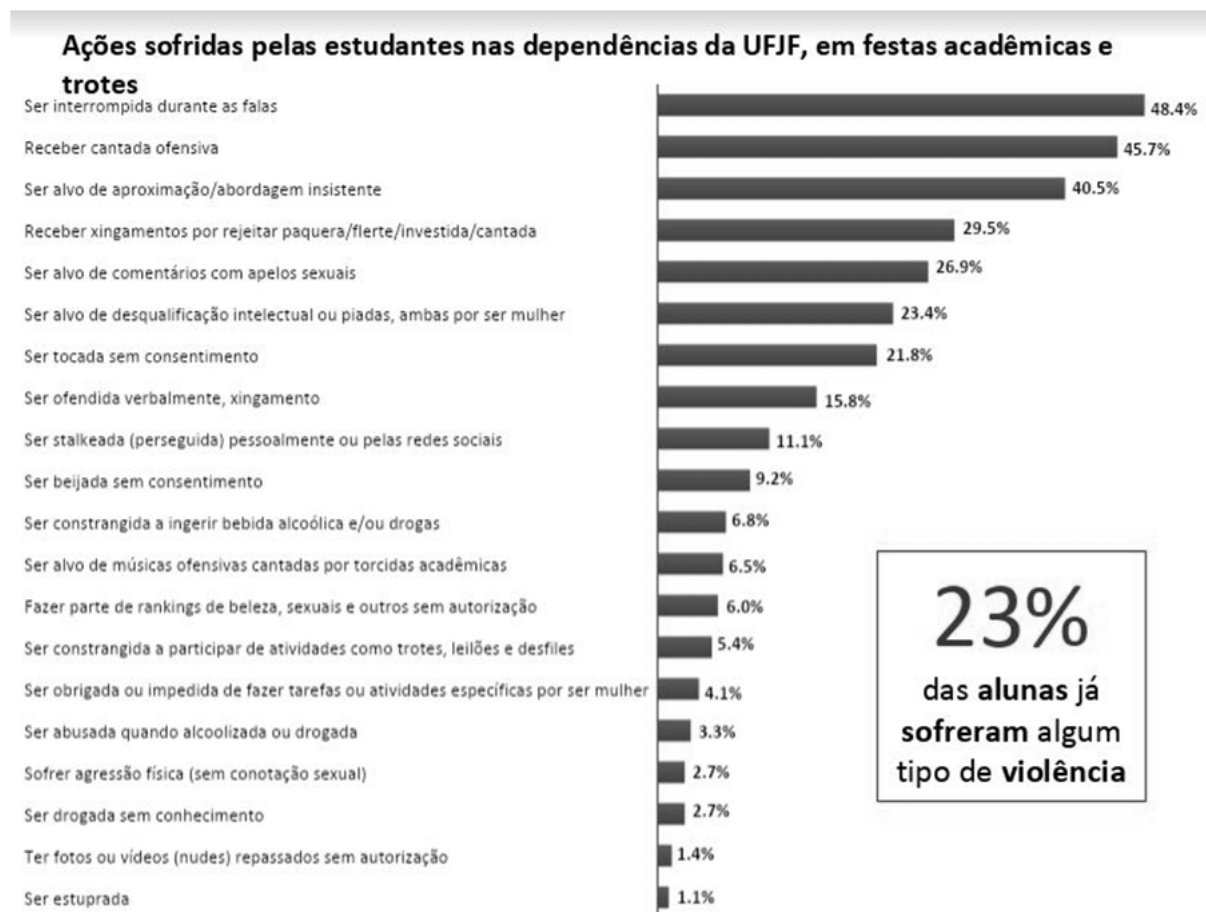
Para limitar a análise ao universo de estudantes da UFJF, será abordada a pesquisa “Entre salas, corredores e laboratórios: percepções sobre violência contra a mulher na UFJF”, realizada no ano de 2018, somente com alunos/as da graduação presencial. Foram respondidos 633 questionários, dentre eles 55,7% eram mulheres, 43,8% homens e 0,5% não binário. Os objetivos da pesquisa foram compreender as maneiras como os universitários homens e mulheres percebem ou entendem determinadas atitudes e ações como violentas; quais os tipos frequentes e quais consideram mais graves; se os/as universitários/as conheciam casos de violência e se já tinham presenciado esses casos; se as universitárias já tinham sofrido essas violências; se conhecem mecanismos institucionais de formalização das denúncias; se se sentem seguros/as no ambiente universitário; e se havia algum tipo de preocupação em minimizar ou refletir sobre esse problema.

Segundo a pesquisa, são atos de violência contra a mulher: (1) ser “*stalkeada*” (sic.) pessoalmente ou pelas redes sociais; (2) fazer parte de rankings de beleza, sexuais e outros sem autorização; (3) receber cantada ofensiva; (4) ser constrangida a participar de atividades como trotes, leilões e desfiles; (5) ser alvo de músicas ofensivas cantadas por torcidas acadêmicas; (6) ser ofendida verbalmente, xingamento; (7) ser alvo de aproximação/abordagem insistente; (8) ser alvo de comentários com apelos sexuais; (9) receber xingamentos por rejeitar paquera/flerte/investida/cantada; (10) ser constrangida a ingerir bebida alcoólica e/ou drogas; (11) ser beijada sem consentimento; (12) ter suas fotos ou vídeos (*nudes*) repassados sem autorização; (13) ser tocada sem consentimento; (14) ser drogada sem conhecimento; (15) sofrer agressão física (sem conotação sexual); (16) ser abusada quando alcoolizada ou drogada; (17) ser estuprada; (18) enquanto bolsista ou aluna, ser obrigada ou impedida de fazer tarefas ou atividades específicas por ser mulher; (19) ser alvo de desqualificação intelectual ou piadas, ambas por ser mulher; e, por último, (20) ser interrompida durante as falas.

Destas ações, a desqualificação intelectual das mulheres não é considerada violência por 20,3% dos homens e 17,2% das mulheres. Entre as universitárias mulheres que já sofreram algum tipo de violência na universidade, 23,4% afirmaram terem sofrido tal violência (Gráfico 1). Outra conduta tida por eles como não violência é repassar fotos íntimas (*nudes*) sem permissão, em que 14,3% dos homens e 12,6% das mulheres declararam como não violência. Além dessas, uma última também obteve dados altos e chocantes, na qual

11,6% dos homens e 14,5% das mulheres não consideram ser drogada sem consentimento como violência. Pois neste ponto, o número de mulheres que alegaram tal afirmação foi mais alto que o número de homens. Ou seja, esse ato é considerado por algumas pessoas como normal e isso é muito grave e preocupante.

Gráfico 1 - Ações sofridas pelas estudantes nas dependências da UFJF, em festas acadêmicas e trotes

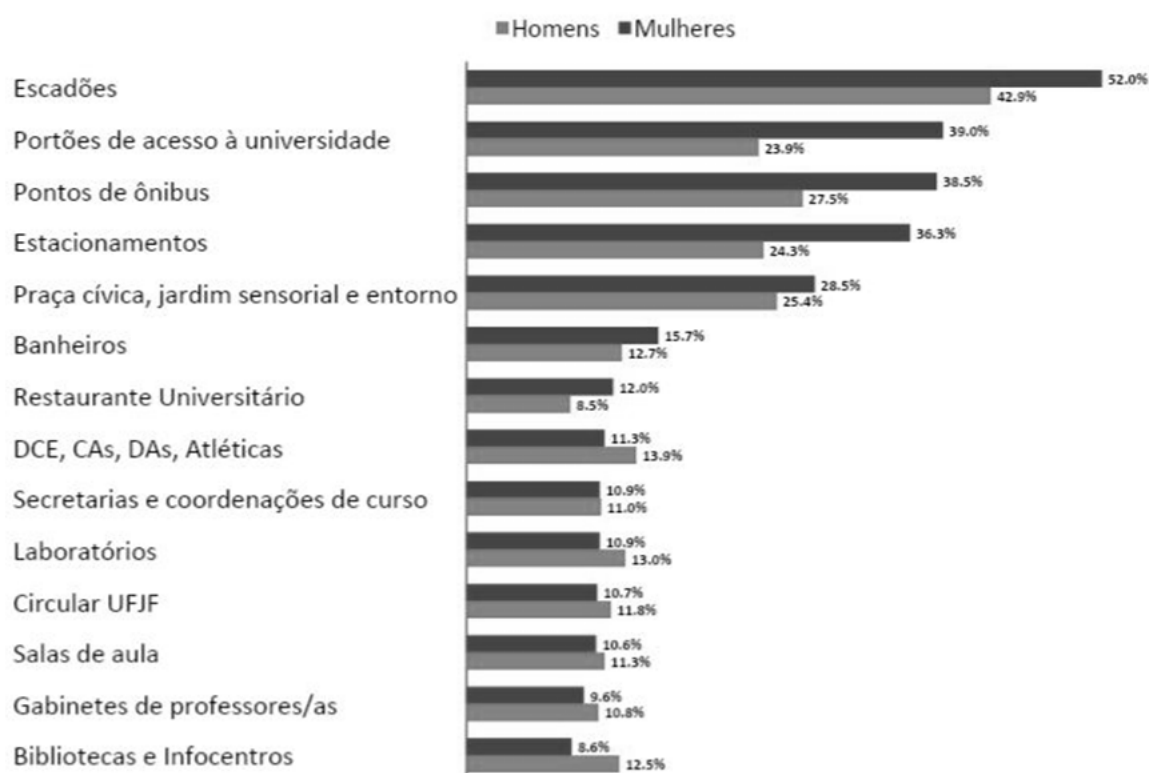


Fonte: ARRIBAS, 2018.

Ao analisar o gráfico 1, é evidente que as três violências mais sofridas pelas alunas da UFJF são ser interrompidas durante as falas, com 48,4%, receber cantada ofensiva, com 45,7% e ser alvo de aproximação/abordagem insistente, com 40,5% de vítimas. Além disso, o mais chocante é o fato de que 1,1% das universitárias alegarem que já foram estupradas, ou seja, aproximadamente quatro alunas que responderam o questionário. Estupro no ambiente universitário ou em festas acadêmicas e trotes é muito grave e problemático.

Gráfico 2 – Locais inseguros para as mulheres segundo percepção por gênero

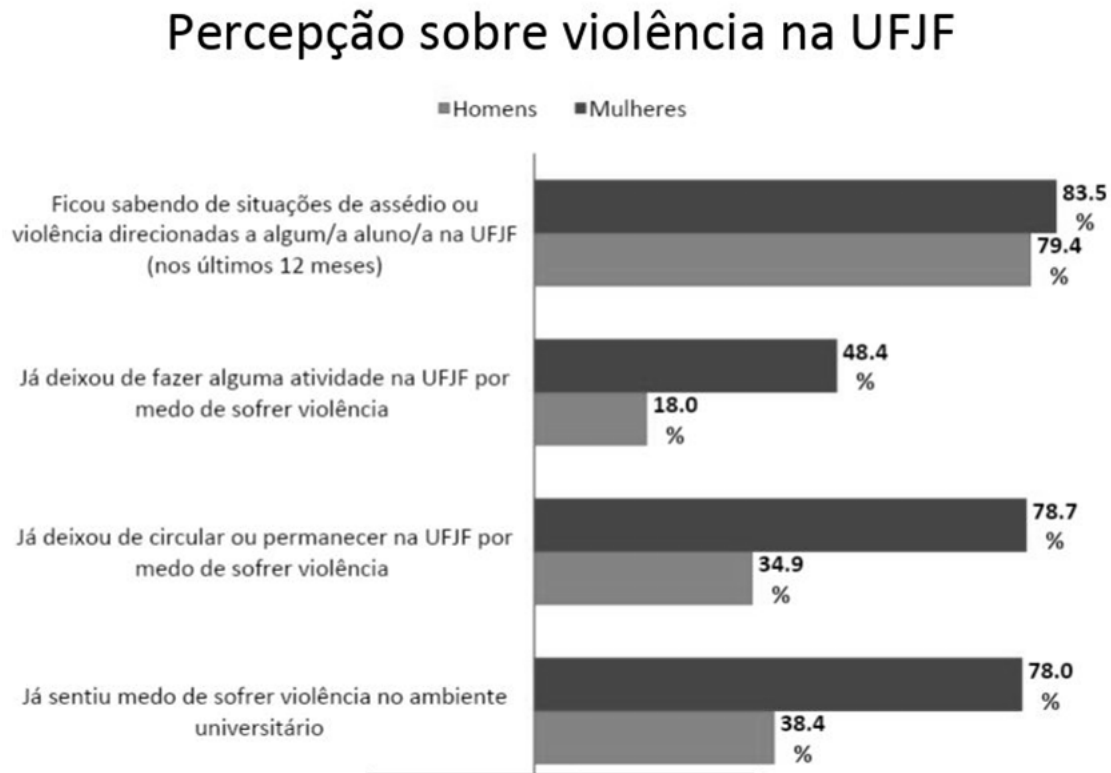
Locais inseguros para as mulheres segundo percepção por gênero



Fonte: ARRIBAS, 2018.

No gráfico 2, pode-se analisar que os locais que foram destacados como inseguros para as mulheres pelos/as alunos/as, são locais com menor vigilância e iluminação. É certo que a partir disso consegue-se pensar que a UFJF tem carência de segurança. Mas um fato curioso sobre esses dados é que os lugares em que os homens afirmaram ser mais inseguros que as mulheres, mesmo que em proporções menores, foram DCE, CAs, DAs, atléticas; secretarias e coordenações de curso; laboratórios; circular UFJF; salas de aula; gabinetes de professores/as; bibliotecas e infocentros.

Gráfico 3 - Percepção sobre violência na UFJF

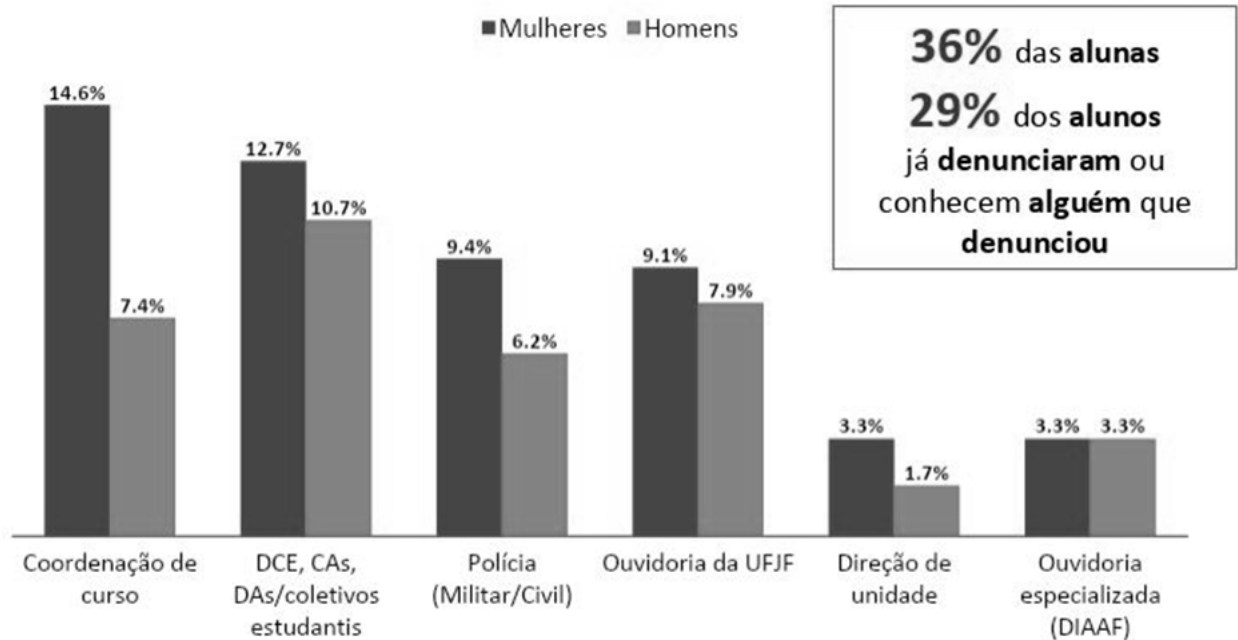


Fonte: ARRIBAS, 2018.

Analisando o gráfico 3, o número de mulheres que ficou sabendo de situações de assédio ou violência direcionadas a algum/a aluno/a na UFJF (nos últimos 12 meses da data da pesquisa) foi de 83,5% entre os homens e 79,4% entre as mulheres. Essa informação é sobre violência no geral, sofrida por alunos de ambos os sexos. E ainda, é perceptível que o medo que as mulheres sentem no ambiente universitário é bem maior que o dos homens, até porque esta parte leva em consideração a violência no geral, incluindo roubo ou furto. Os homens sentem medo, porém o medo deles é limitado. Eles, normalmente, não deixam de fazer alguma atividade nas dependências da universidade por medo de sofrer violência. Enquanto 48,4% das mulheres já deixaram de fazer atividades na UFJF por medo, os homens que deixaram foram apenas 18%. A quantidade de mulheres que já deixou de circular ou permanecer na UFJF por medo de sofrer violência foi bem grande, 78,7%, e de homens 34,9%. E no geral, 78% das mulheres já sentiram medo de sofrer violência no ambiente universitário, e homens 38,4%.

Gráfico 4 - Instituição/órgão da denúncia

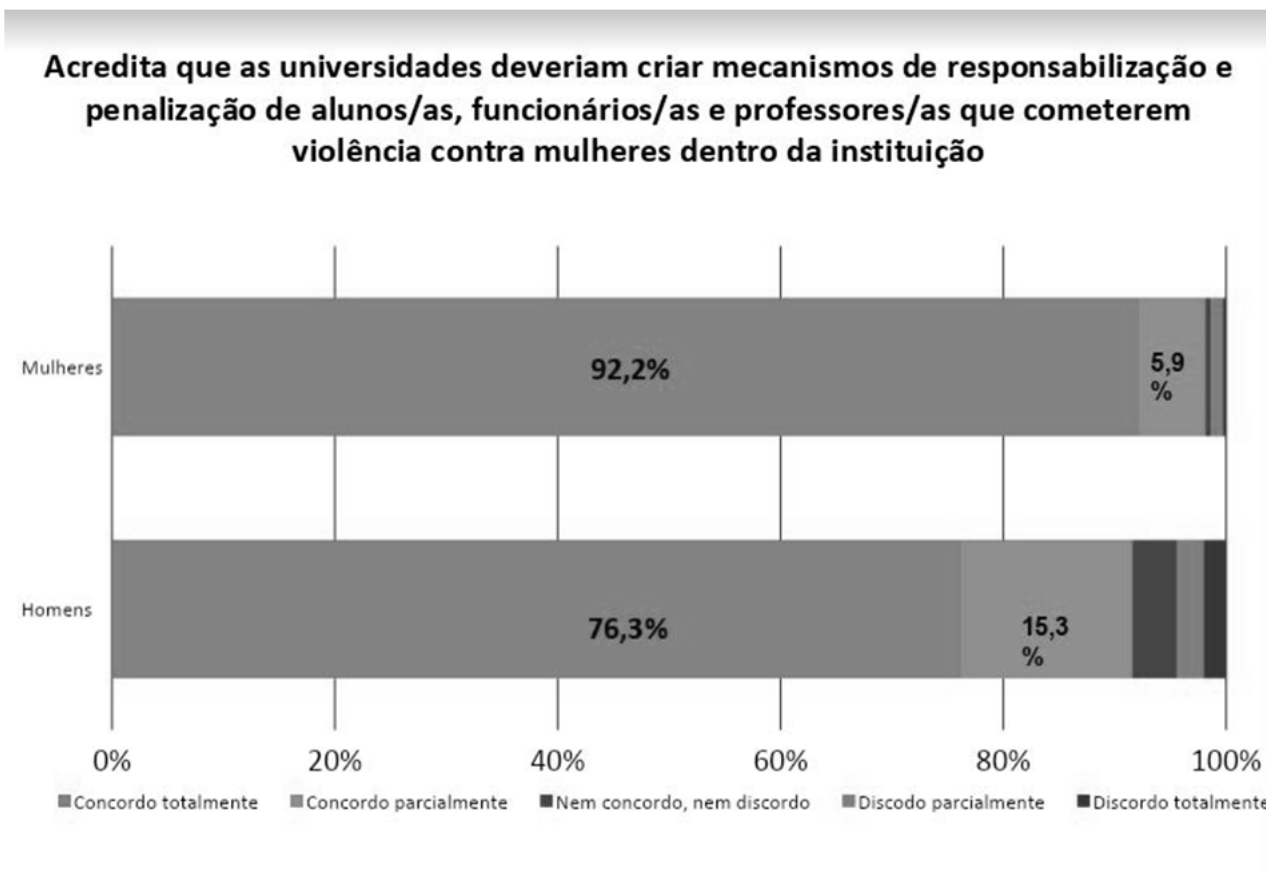
Instituição/órgão da denúncia



Fonte: ARRIBAS, 2018.

De acordo com a pesquisa, 36% das alunas e 29% dos alunos já denunciaram ou conhecem alguém que denunciou violência na universidade. Mas as denúncias são feitas em distintas instituições e órgãos, e o gráfico 4 apresenta os diferentes órgãos e/ou instituições nos quais as denúncias foram feitas. A partir disto, é possível compreender que as instituições que mais recebem denúncias são as coordenações de cursos, DCE, CAs, DAs/coletivos estudantis, polícia(militar/civil) e a ouvidoria da UFJF, pode ser que tenha a ver com a proximidade que as vítimas têm com tais órgãos e o fato de a ouvidoria especializada (DIAAF) ser a menos procurada pode ter ligação com a falha em divulgação e relação com os alunos como um todo.

Gráfico 5 – Acredita que as universidades deveriam criar mecanismos de responsabilização e penalização de alunos/as, funcionários/as e professores/as que cometerem violência contra mulheres dentro da instituição



Fonte: ARRIBAS, 2018.

Embora 92,2% das alunas e 76,3% dos alunos acreditem que as universidades deveriam criar mecanismos de responsabilização e penalização (Gráfico 5), não precisamos ir muito além para perceber que a simples punição seja suficiente para a desconstrução das formas de socialização de homens e mulheres, desses comportamentos aprendidos e tão arraigados. Construir uma cultura de não violência na universidade e fora dela implica em pensar não apenas em mecanismos de penalização, mas também em estratégias de enfrentamento e de conscientização, tarefas que pressupõem disposição, debate e engajamento. Não deve se perder de vista que as duas pesquisas só abordaram estudantes de graduação, e que existem diversos casos de violência cometida contra as alunas de pós-graduação, professoras, funcionárias e trabalhadoras terceirizadas. O caso que ganhou mais visibilidade na UFJF foi um que ocorreu em junho de 2016, em que uma aluna do curso de odontologia denunciou o professor por agressão e assédio moral, e este foi afastado do cargo. A aluna alegou ter sido trancada em uma sala reservada onde o professor a agarrou pelos braços e a forçou contra a parede, além de ter a ameaçado de reprovação no curso. E então o professor foi demitido da universidade. Outro caso de violência contra a mulher na UFJF foi mais recente, aconteceu em setembro de 2018, no qual duas alunas da Faculdade de Educação denunciaram um professor por assédio moral e sexual nas dependências da universidade. Neste caso o professor pediu licença por conta própria e não está dando aulas atualmente, mas as alunas também se afastaram devido ao medo.

Essas notícias não são únicas, pois existem diversas outras que não tomam proporções tão grandes, devido ao medo e às ameaças sofridas pelas vítimas. E com a hierarquia existente nas instituições de ensino

superior, os professores de cargos mais altos que cometem violência de gênero são protegidos por seus colegas e ameaçam as alunas.

Ser vítima de violência provoca impotência, medo, vergonha e aflição, é um processo doloroso e nada fácil de lidar. Por esses motivos que a maioria dos casos não são denunciados, as mulheres acabam deixando de lado, vivendo com mais medo e conseqüentemente abandonando seus cursos. A insegurança impede que as mulheres tenham a rotina igual à dos homens, elas têm seus limites porque sentem medo a todo momento e a todo lugar pelo simples fato de serem mulheres.

5. A MULHER NO AMBIENTE ACADÊMICO

Até os anos 1970, a presença da mulher nos ambientes acadêmicos era bastante reduzida, devido ao fato de que elas eram ligadas às tarefas domésticas e os homens não aceitavam que estas saíssem de casa para trabalhar ou estudar. Esses dados se modificaram a partir de 1980, ano no qual houve um aumento das vagas nas universidades e ocorreu também um crescimento no número de mulheres matriculadas nestas instituições de ensino, pois elas estavam na busca por igualdade, principalmente no âmbito profissional. Atualmente as mulheres são a maioria no ambiente acadêmico, inclusive no mestrado e doutorado. Porém, mesmo sendo maioria nas universidades, quando se trata da ocupação de cargos, a proporção inverte, há mais homens atuando como docentes (Inep, 2018).

Esses dados mostram a importância da representatividade e da luta feminista pelos direitos das mulheres. Além disso, essa diferença dos fatos pode futuramente acarretar em uma mudança no mercado de trabalho e na luta feminista. O ingresso em universidades proporciona a oportunidade de elevação social e melhores condições de trabalho, e para mulher significa ainda ter um diferencial para poder se igualar ao homem profissionalmente, ter sua liberdade financeira e poder decidir o que fazer sobre diferentes âmbitos de sua vida sem ser controlada por homens.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os coletivos feministas são organizações que reúnem mulheres que buscam lutar pelas pautas feministas e políticas, de acordo com suas prioridades e princípios. Na UFJF existem pelo menos três deles com a pauta de violência contra a mulher. São eles o Coletivo Marielle Franco, o Movimento de Mulheres Olga Benário e o Coletivo Maria Maria. Dentro desses coletivos, as mulheres que são membros recebem denúncias e oferecem apoio para as vítimas, além de buscar formas para conscientizar os/as alunos/as sobre a gravidade da violência de gênero.

Esses crimes cometidos contra as mulheres causam revolta na população, as vítimas querem e merecem justiça. Fora que, para que as vítimas se sintam menos inseguras, é importante que os agressores paguem pelos seus atos. Nesse sentido, é importante que as universidades criem mecanismos de responsabilização e penalização dos agressores e que os órgãos que recebem denúncias estejam bem preparados para recebê-las. Além de oferecer o apoio e segurança adequados às vítimas.

Mas as mudanças deste quadro não acontecerão só com a punição dos agressores, até porque já existem algumas leis contra esses fatos. E também, muitos deles nem compreendem que seus atos foram violentos e que as vítimas se sentiram ofendidas e/ou agredidas. Diante disto, é necessária a mobilização para que os/as alunos/as sejam conscientizados/as de todos os males que a violência contra a mulher pode provocar na relação social como um todo e principalmente na vida de cada vítima. Esta mobilização pode ocorrer por meio de campanhas, eventos, palestras, cartazes, aulas direcionadas para o tema e mais pesquisas sobre a questão.

Supor que as instituições de ensino superior não seriam locus da reprodução da violência de gênero é ignorar que elas também são parte da nossa sociedade e que, portanto, são igualmente atravessadas pelos desequilíbrios e assimetrias das relações de poder entre homens e mulheres, desigualdades, ao mesmo tempo estruturadas e estruturantes, que apontam com frequência para um horizonte de coerção e de intimidação das mulheres e que repercutem no aprendizado e no desempenho acadêmico das estudantes e na atuação profissional de professoras e funcionárias.

A reprodução destas estruturas se dá especialmente por meio de vias simbólicas, não necessitando de uma violência propriamente física. Trata-se de um tipo de violência “suave”, “insensível” e “invisível”, que se exerce principalmente pelas vias da comunicação e do sentimento. Parece estar na “ordem das coisas” e ser normal, não precisando ser enunciada ou justificada, dado que ela coloca as diferenças biológicas entre homens e mulheres como seu fundamento natural e evidente, portanto a-histórico, inevitável e imutável.

No entanto, as estatísticas sobre a percepção dos/as estudantes da UFJF sobre a violência contra a mulher são contundentes no sentido de assinalar o modo pelo qual a estrutura das relações de gênero no ambiente acadêmico abriga uma virtualidade de violência moral, psicológica, simbólica e física que operam no sentido de regular as expressões de gênero. O assédio sexual e moral pode comprometer carreiras, provocar sérios danos à autoconfiança, enfraquecer a saúde física e mental, e restringir a capacidade de trabalho. Não se trata de adotar uma perspectiva ou um olhar vitimizador em relação à mulher, mas destacar que a expressiva concentração deste tipo de violência ocorre historicamente sobre os corpos femininos, que estão mais suscetíveis a esse cenário de desgaste psicológico, comprometendo sobremodo sua trajetória acadêmica e profissional. O que se traduz no próprio comprometimento da finalidade da universidade, um lugar de ensino, pesquisa e extensão, inviabilizando a produção de um conhecimento plural e diversificado cujas consequências podem ser sentidas dentro e fora dos muros da universidade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Marcos. Aluna da UFJF denuncia professor da Odonto por agressão e assédio sexual. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, 23 de jun. 2016. Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/23-06-2016/aluna-da-uff-denuncia-professor-da-odonto-por-agressao-e-assedio-sexual.html>> Acesso em 22 nov. 2019.
- ARRIBAS, Célia da Graça. *Entre Salas, Corredores e Laboratórios: violências contra a mulher no meio universitário segundo a percepção dos estudantes da UFJF*. Juiz de Fora. 2018.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. A opressão de gênero nas sociedades capitalistas está enraizada na subordinação da reprodução social à produção que visa ao lucro. Queremos subverter as coisas na direção certa. In: *Feminismo Para os 99%: um Manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019a. Cap. 5, p. 51-56.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. A violência de gênero assume muitas formas, sempre enredadas nas relações sociais capitalistas. Prometemos combater todas elas. In: *Feminismo Para os 99% um Manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019b. Cap. 6, p. 57-65.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de Gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, Vol. 29, N° 2, p. 449 a 469, maio/ago. 2014.
- BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm> Acesso em 27 nov. 2019.
- BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei n. 13772/2018. Reconhece que a violação da intimidade da mulher configura violência doméstica e familiar e criminaliza o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez

- ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado. Presidência da República, 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2018/Lei/L13772.htm> Acesso em 27 nov. 2019.
- G1 ZONA DA MATA. Estudantes denunciam professor da UFJF por assédio moral e sexual dentro da universidade. Juiz de Fora, 03 set. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/03/estudantes-denunciam-professor-da-ufff-por-assedio-moral-e-sexual-dentro-da-universidade.ghtml>> Acesso em 22 nov. 2019.
- FALAVIGNO, C.; LANGONI, R. Violência de gênero 'maquiada' nas Universidades. *Canal Ciências Criminais*. 2016. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/312250083/violencia-de-genero-maquiada-nas-universidades>> Acesso em 22 nov. 2019.
- GARCIA, Leila Posenato. A magnitude Invisível da Violência Contra a Mulher. *Epidemiol. Serv. Saúde*. Brasília, vol. 25, n° 3, jul/sep. 2016.
- GUEDES, Maria Eunice Figueiredo. Gênero, o que é isso? *Psicol. Cienc. Prof.* Brasília, vol. 15, n° 1-3, 1995.saffioti
- INSTITUTO AVON e DATA POPULAR. Violência Contra a Mulher no Ambiente Acadêmico, 2015.
- SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições Feministas para o Estudo da Violência de Gênero. *Cad. Pagu*. Campinas, N° 16, 2001.
- SAFFIOTI, Heleieth; ALMEIDA, Suely Souza de. VIOLÊNCIA DE GÊNERO: poder e impotência. Ed. 1. Rio de Janeiro: Revinter Ltda, 1995.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.
- TRIBUNA DE MINAS. Professor da UFJF suspeito de assédio é afastado do cargo. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, 11 de nov. 2016. Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/11-11-2016/professor-da-ufff-suspeito-de-assedio-e-afastado-do-cargo.html>> Acesso em 22 nov. 2019.
- VENTURINI, Ana Carolina. A Presença das Mulheres nas Universidades Brasileiras: um panorama de desigualdade. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.